



REGULAMENTO ELEITORAL DO SICOOB ALIANÇA

TÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 1º Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança, de forma a complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação e regulamentação em vigor.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade para os cargos estatutários da Cooperativa seguem o disposto neste Regulamento, no Estatuto Social, na legislação e regulamentação em vigor, e nos demais normativos internos e sistêmicos.

Art. 3º A Assembleia Geral e/ou a Reunião de Grupos Seccionais será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 4º O Conselho de Administração, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias da Assembleia Geral Ordinária e/ou da Reunião de Grupos Seccionais em que houver eleição, constituirá a Comissão Eleitoral formada por cooperados pessoa natural, observando o disposto no artigo 5º, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem



como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas ou de candidaturas e da análise das impugnações.

Art. 5º A Comissão Eleitoral será composta de 9 (nove) membros, sendo 5 (cinco) titulares e 4 (quatro) suplentes, dentre os titulares um Coordenador que, preferencialmente, será um Conselheiro Fiscal, e um Secretário, para o registro dos trabalhos.

§ 1º As reuniões da Comissão Eleitoral realizar-se-ão com a presença mínima de 5 (cinco) integrantes, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata.

§ 2º Na hipótese de vacância que impossibilite o funcionamento da Comissão, o Conselho de Administração designará substitutos.

§ 3º Não será devida qualquer remuneração aos membros da Comissão Eleitoral.

§ 4º É vedada a participação de empregado da Cooperativa ou da Central como integrante da Comissão Eleitoral.

§ 5º A Cooperativa disponibilizará os empregados necessários para assessorar a Comissão para o adequado desempenho de suas atividades.

Art. 6º Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a cargo eletivo.

Art. 7º São atribuições da Comissão Eleitoral na condução dos trabalhos relativos à eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal:

- I. coordenar as atividades do processo eleitoral e conduzi-lo na Assembleia Geral e/ou a Reunião de Grupos Seccionais, observando o disposto no Estatuto Social e neste Regulamento;



- II. certificar-se dos prazos de vencimento do mandato dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes, bem como o cumprimento do disposto na Política de Renovação de Membros do Conselho de Administração;
- III. divulgar o calendário eleitoral aos associados com todas as informações do processo eleitoral;
- IV. receber os requerimentos de pedido de registro das chapas/das candidaturas, documentos obrigatórios e comprovação da capacidade técnica, observando se foram entregues no prazo, bem como analisar a legitimidade da documentação apresentada;
- V. verificar a adequação do perfil dos candidatos e se eles preenchem os requisitos legais, estatutários, regulamentares e as demais exigências descritas nos normativos internos e sistêmicos para ocupação de cargos estatutários;
- VI. registrar as candidaturas das chapas e das candidaturas individuais até 20 (vinte) dias antes das eleições;
- VII. divulgar as chapas concorrentes, fixando-as em locais de fácil acesso aos associados, na sede da cooperativa, em todos os PA's e no sítio eletrônico da cooperativa;
- VIII. resolver as impugnações, na forma do disposto neste Regulamento;
- IX. solucionar os casos omissos ou as questões de ordem que surjam durante a votação;
- X. encaminhar ao Conselho de Administração as chapas/candidaturas a cargos estatutários com a devida documentação para o envio aos Grupos Seccionais ou à Assembleia Geral;
- XI. vistar o verso das cédulas de votação e realizar a entrega destas à Mesa coletora dos votos, na Assembleia Geral e/ou nas Reuniões de Grupos Seccionais em que ocorrerem as eleições, quando a votação não se der por meio eletrônico;
- XII. apresentar à Assembleia Geral ou aos Grupos Seccionais, antes da votação, no formato definido pela Comissão, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas, as chapas e/ou os candidatos inscritos, bem como os recursos porventura existentes para serem deliberados pela Assembleia, nos termos do artigo 29 deste Regulamento;
- XIII. acompanhar a apuração e proclamar os resultados das eleições;



- XIV.** zelar pela organização do processo eleitoral e manter sob sua guarda, durante o processo eleitoral, os seguintes documentos:
- a)** Estatuto Social e Regulamento Eleitoral da Cooperativa;
 - b)** Regulamento de Delegados e de Organização do Quadro Social (quando aplicável)
 - c)** Edital de Convocação da eleição;
 - d)** cópia dos requerimentos de registro das chapas e/ou candidaturas individuais, declarações emitidas pelos candidatos, fichas de qualificação individual e demais documentos obrigatórios apresentados na inscrição, incluindo a proposta de trabalho da chapa/candidatura;
 - e)** cópia das Atas da Comissão Eleitoral e de eventuais recursos interpostos;
 - f)** listagem dos associados/delegados em condições de votar;
 - g)** cédulas de votação, caso a eleição não ocorra por meio eletrônico;
- XV.** fornecer, por meio da Cooperativa, à Cooperativa Central à qual a Cooperativa é filiada, todas as informações e os documentos necessários à verificação dos critérios de elegibilidade dos candidatos.
- XVI.** Disponibilizar à Cooperativa, para inclusão no Portal de Governança, todos os documentos que evidenciem a reputação ilibada e a qualificação para o cargo dos eleitos.

CAPÍTULO III

DA DIVULGAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 8º A Comissão Eleitoral, em até 10 (dez) dias após a sua constituição, encaminhará comunicado aos associados, divulgando o calendário eleitoral com todas as informações do processo eleitoral, entre as quais:

- I.** data, horário, forma de realização e endereço (físico/digital) da votação;
- II.** prazo para pedido de registro de chapas/candidaturas, com data e horário limite;
- III.** documentação exigida para os candidatos;
- IV.** data provável de nova eleição, em caso de empate entre os concorrentes;



V. indicação do local de disponibilização do Estatuto Social e do Regulamento Eleitoral.

Parágrafo único. O comunicado previsto no *caput* estará afixado na sede da Cooperativa, nos PA's, no sítio eletrônico, bem como será disponibilizado via Sicoob Net e por outros meios, físicos ou digitais, que garantam a efetiva publicidade do processo eleitoral aos associados/delegados.

CAPÍTULO IV

DAS CHAPAS PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I

DA FORMAÇÃO

Art. 9º O processo eleitoral para a ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio do registro de chapas formadas por associados pessoa natural.

§ 1º Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.

§ 2º Cada candidato somente pode tomar parte em uma única chapa;

§ 3º As chapas serão compostas pelo número de candidatos para o Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social.

SEÇÃO II

DO PEDIDO DE REGISTRO DE CHAPA

Art. 10. O pedido de registro de chapa para o Conselho de Administração será encaminhado formalmente à Diretoria Executiva, por meio de requerimento (modelo ANEXO), no prazo indicado no comunicado citado no artigo 8º deste Regulamento Eleitoral, acompanhado da proposta de trabalho durante o mandato.

Art. 11. O requerimento de registro de chapa deve ser assinado por todos os candidatos e endereçado, em duas vias, quando físico, à sede da *Cooperativa*, devidamente acompanhado da documentação exigida para os candidatos. Uma das vias será devolvida com o protocolo.

#PÚBLICO#

Atualizado em 10/04/2026 – AGO

Regulamento Eleitoral Consad e Conselho Fiscal

5/21



§ 1º O requerimento de registro poderá ser realizado por meio eletrônico, desde que as assinaturas sejam realizadas com certificado digital emitido por Autoridade Certificadora da ICP-Brasil ou conta GOV.BR com nível de segurança e acesso prata ou ouro, ou, ainda, conforme indicado no comunicado citado no artigo 8º deste Regulamento Eleitoral.

§ 2º Será recusado o registro de chapas que não apresentarem os documentos exigidos no comunicado que rege o processo eleitoral, não formalizados adequadamente, ou que tenham sido encaminhados após o encerramento dos prazos de inscrição divulgados pela Comissão Eleitoral.

§ 3º A Cooperativa manterá pessoa habilitada, com o apoio da Comissão Eleitoral, para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos.

§ 4º O requerimento de registro enviado por meio eletrônico deve observar as orientações, os prazos e horários descritos no comunicado divulgado pela Comissão Eleitoral.

Art. 12. Encerrado o prazo, os requerimentos de registro de chapas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos, entregando-o à Diretoria Executiva.

Art. 13. Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independentemente do órgão estatutário ao qual estiver concorrendo.

Art. 14. A Diretoria Executiva terá prazo de 1 (um) dia para encaminhar os pedidos de registro de chapas e a documentação dos candidatos ao coordenador da Comissão Eleitoral.



Art. 15. Ocorrendo o falecimento ou renúncia de um candidato, a chapa poderá substituí-lo por meio de pedido formal, com a antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas do início da Assembleia Geral para eleição, desde que o novo candidato atenda a todos os requisitos legais e estatutários para ser eleito.

CAPÍTULO V

DA CANDIDATURA PARA O CONSELHO FISCAL

Art. 16. A candidatura para o Conselho Fiscal será por chapas, obedecendo ao prazo de registro de candidaturas disposto no comunicado citado no artigo 8º deste Regulamento Eleitoral.

§ 1º Caso não ocorra o registro de nenhuma chapa durante o prazo de registro de candidaturas, será definida nova data para eleição, e novo prazo para registro de candidaturas.

Art. 17. A formalização do pedido de registro de candidaturas, naquilo que for aplicável, seguirá os mesmos procedimentos descritos na Seção II do Capítulo IV.

CAPÍTULO VI

DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE CHAPAS/CANDIDATOS

Art. 18. ^º A Comissão Eleitoral realizará os exames dispostos neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da documentação enviada pela Diretoria Executiva.

Art. 19. Ao verificar que a documentação está incompleta ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral notificará os representantes da chapa ou os candidatos para regularizarem a falha apontada, em até 2(dois) dias úteis.

Art. 20. Sanadas as falhas, a Comissão Eleitoral divulgará o *Termo de Registro de Chapas*, observando o disposto no artigo 21.



Art. 21. As chapas e/ou os candidatos perderão o direito de concorrer caso não atendam à solicitação mencionada no artigo 19 no prazo exigido.

Art. 22. Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros da Comissão.

CAPÍTULO VII

DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS/CANDIDATURAS INSCRITAS

Art. 23. No prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do encerramento do prazo de registro de chapas e/ou de candidaturas, a Comissão Eleitoral divulgará o Termo de Registro de Chapas/Candidaturas habilitada, acompanhado da proposta de trabalho na sede da Cooperativa, nos PA's, no sítio eletrônico e em outros meios, físicos ou digitais que garantam a efetiva publicidade.

Parágrafo único. A eventual campanha eleitoral poderá ser iniciada pelos candidatos apenas após a divulgação das candidaturas inscritas, cabendo à Comissão Eleitoral divulgar as orientações e regras sobre a conduta a ser adotada pelos candidatos nesse processo, inclusive observando o Pacto de Ética.

CAPÍTULO VIII

DA IMPUGNAÇÃO DE CHAPAS E CANDIDATURA

SEÇÃO I

DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES

Art. 24. O prazo para impugnação de chapa/candidatura é de 2 (dois) dias úteis, contados da divulgação do Termo de Registro de Chapas/Candidaturas a que se refere o artigo 23.



Art. 25. A impugnação será proposta por meio de requerimento fundamentado, dirigido ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que protocolará o requerimento e o encaminhará para análise da Comissão Eleitoral.

Art. 26. A Comissão Eleitoral lavrará o respectivo termo de encerramento do prazo de impugnação, consignando as impugnações propostas e destacando nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados, ou a inexistência de impugnação.

SEÇÃO II DO EXAME

Art. 27. A Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação, por meio da análise do requerimento protocolado e do reexame da candidatura, em até 2 (dois) dias corridos antes da realização da eleição.

Art. 28. A Comissão Eleitoral comunicará a decisão a todos os interessados e, caso a impugnação seja procedente, notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado.

SEÇÃO III DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Art. 29. O candidato impugnado poderá interpor recurso da impugnação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação, ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que encaminhará o recurso para análise e deliberação da Comissão Eleitoral.

Art. 30. O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direito, e com os devidos documentos comprobatórios, sem prejuízo de que seja apresentado em meio eletrônico com a observância dos mesmos requisitos.



Art. 31. A Comissão Eleitoral, previamente à votação, julgará o recurso interposto, como última instância, e decidirá com base nos fundamentos fáticos e legais sobre o caso, permitindo ou proibindo a participação do candidato impugnado na eleição.

Art. 32. Após a análise dos recursos, participarão da eleição os candidatos aptos a concorrer ao cargo e, havendo número de eleitos inferior àquele estabelecido pelo Estatuto Social, caberá ao Presidente convocar novas eleições para a complementação de membros do órgão estatutário.

CAPÍTULO IX DA RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Art. 33. As disposições previstas neste Regulamento Eleitoral quanto à indicação de Comissão Eleitoral, prazos e organização do processo não se aplicam à eleição para o preenchimento de cargo vago no Conselho de Administração, hipótese em que o substituto deverá ser previamente indicado pelo Conselho de Administração, para a deliberação da assembleia, observadas as condições de elegibilidade e os demais requisitos legais, estatutários e regulamentares.

Art. 34. Em caso de vacância de cargo, a eleição para a recomposição do Conselho Fiscal será convocada no prazo de até 30 (trinta) dias, observando o disposto no Estatuto Social e neste Regulamento.

§ 1º Os candidatos ao Conselho Fiscal deverão inscrever-se por meio de candidaturas individuais, atendendo aos critérios estabelecidos neste Regulamento.

§ 2º A Comissão Eleitoral será constituída e realizará suas atividades observando o prazo necessário para convocação e realização do processo eleitoral.

TÍTULO III DA VOTAÇÃO



CAPÍTULO I DA VOTAÇÃO POR CÉDULA

Art. 35. A cédula de votação apresentará o número da chapa, observada a ordem prevista no artigo 12, ou os nomes dos candidatos e, à frente destes, um campo para que possa ser assinalado o voto.

Art. 36. A cédula de votação será confeccionada em papel branco, opaco, pouco absorvente, em tinta preta e tipos uniformes, que, ao ser dobrada, resguardará o sigilo de voto, sem que seja necessária a utilização de cola para fechá-la.

Art. 37. As cédulas deverão apresentar a rubrica dos membros da Mesa Coletora de Votos, para que se possa garantir a sua veracidade.

Art. 38. A urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas de votação.

Art. 39. A cabine de votação será privada para o ato de votar.

Art. 40. Quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral e/ou os Grupos Seccionais poderão optar pela votação aberta.

CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 41. A Assembleia Geral e/ou as Reuniões de Grupos Seccionais poderão utilizar o sistema eletrônico Sicoob MOOB para a realização da eleição, observadas as regras do sistema para utilização e apuração de votos.



Parágrafo único. Constatada instabilidade no sistema de votação utilizado pela Cooperativa que impossibilite a realização da eleição por meio eletrônico, excepcionalmente, poderá ser utilizado outro mecanismo para resguardar a participação do cooperado, observando a viabilidade e a lisura do processo eleitoral.

CAPÍTULO III DA COLETA DOS VOTOS

Art. 42. O Presidente da Assembleia Geral e/ou das Reuniões de Grupos Seccionais nomeará um Presidente e um Coordenador para compor a Mesa Coletora de Votos, e os candidatos indicarão os mesários.

Parágrafo único. A critério do Presidente da Assembleia Geral e/ou das Reuniões de Grupos Seccionais, a Presidência e a Coordenação da Mesa Coletora de Votos poderão ficar sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral.

Art. 43. Os candidatos poderão indicar um representante para fiscalizar os trabalhos de eleição, inclusive acompanhando a votação por meio eletrônico.

Art. 44. Recomenda-se que os candidatos estejam presentes no ato de abertura da votação, durante a coleta dos votos e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior.

Art. 45. Não comparecendo o Coordenador da Mesa Coletora de Votos até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para o início da votação, assumirá a coordenação o primeiro mesário e, na falta ou no impedimento deste, o segundo mesário, e assim sucessivamente.

Art. 46. Não comparecendo os membros da Mesa ou sendo estes em número inferior a 4 (quatro), o Presidente da Mesa Coletora de Votos solicitará que o Presidente da Assembleia Geral e/ou das Reuniões de Grupos Seccionais indique, entre os associados (*ou delegados, quando for o caso*) presentes, a quantidade de pessoas necessárias para compor a Mesa.



Art. 47. Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Coletora de Votos poderá intervir durante os trabalhos de votação.

Art. 48. Nas hipóteses de votação presencial, encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos fiscais.

Art. 49 O coordenador da Mesa entregará ao presidente da Mesa Apuradora dos Votos, mediante recibo, todo o material utilizado durante a votação.

CAPÍTULO IV DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 50. A apuração dos votos será instalada imediatamente após o encerramento da votação.

Art. 51. Finda a apuração, os componentes da Mesa Apuradora dos Votos lavrarão a ata dos trabalhos eleitorais, a qual deverá mencionar, obrigatoriamente:

- I. local, dia, e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;
- II. resultado da urna apurada, especificando:
 - a) número de associados (*ou delegados, quando for o caso*) com direito a voto;
 - b) cédulas apuradas;
 - c) votos atribuídos a cada candidato registrado;
 - d) votos em branco;
 - e) votos nulos;
 - f) número total de associados (*ou delegados, quando for o caso*) que votaram;
 - g) resultado geral da apuração;
 - h) resumo de eventuais protestos;
 - i) proclamação dos eleitos.



Art. 52. A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas e o relatório de votação eletrônica permanecerão sob a guarda dos componentes da Mesa Apuradora dos Votos, porém arquivados na Cooperativa, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Art. 53. A apuração do voto eletrônico será realizada de acordo com os procedimentos do Sicoob MOOB e acompanhada virtualmente pela Mesa Apuradora de Votos.

CAPÍTULO V

DA DECLARAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 54. Será considerada vencedora a chapa ou os candidatos que alcançarem a maioria de votos válidos dos associados (*ou delegados, quando for o caso*).

Art. 55. Havendo empate, deverá ser realizada nova Assembleia Geral e/ou Reuniões de Grupos Seccionais, no prazo indicado no comunicado citado no artigo 8º deste Regulamento Eleitoral.

Parágrafo Único: No caso de eleições por candidaturas individuais, não se aplicará o previsto no "caput", sendo utilizado como critério de desempate, nesta ordem, o tempo de associação à cooperativa e a idade do associado.

TÍTULO IV

DO PROCESSO ELEITORAL SEMIPRESENCIAL OU A DISTÂNCIA

Art. 56. O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos dos conselhos de Administração e Fiscal poderá ser realizado de forma semipresencial ou a distância, nos termos dos normativos sistêmicos e internos da *Cooperativa*, e da legislação e regulamentação em vigor.

Parágrafo único. Em caso de adoção do processo eleitoral semipresencial ou a distância, a Cooperativa divulgará todas as informações e os detalhes no comunicado citado no artigo 8º deste Regulamento.



TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. Casos omissos neste Regulamento, que possam impactar o processo eleitoral, deverão ser apreciados pela Assembleia Geral.

Art. 58. Todos os participantes das reuniões da Comissão Eleitoral, incluindo os membros da Comissão e técnicos da cooperativa que porventura venham a participar das reuniões, têm por obrigação ética, legal e profissional manter sigilo das informações relacionadas às reuniões da Comissão, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer eventuais divulgações indevidas – exceto aquelas necessárias ao correto desempenho de suas atribuições e quando da Assembleia Geral e/ou Reuniões de Grupos Seccionais para a deliberação da matéria.

Art. 59. Os prazos previstos neste Regulamento serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

Parágrafo único. Caso o prazo final coincida com fim de semana ou feriado, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 60. Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral em 10/04/2026 e entra em vigor na data de publicação.

Apucarana/PR, 10 de abril de 2026.

OSNEI JOSÉ SIMÕES SANTOS
Conselho de Administração
Presidente

LUIZ FERNANDO MAMEDE MENDES
Conselho de Administração
Vice-Presidente

#PÚBLICO#

Atualizado em 10/04/2026 – AGO

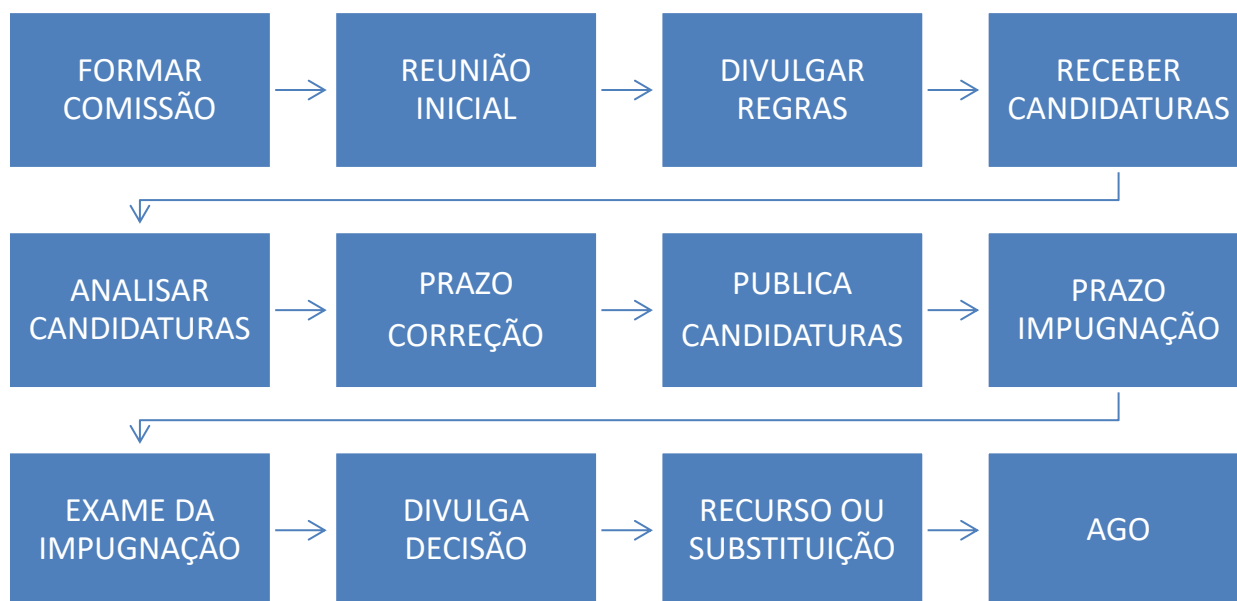
Regulamento Eleitoral Consad e Conselho Fiscal

15/21

São anexos deste regulamento:

- I. ANEXO I - FLUXO RESUMIDO DO PROCESSO ELEITORAL
- II. ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CHAPA OU CANDIDATURA
- III. ANEXO III - DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÕES – CANDIDATO PARA OCUPAÇÃO DE CARGO ESTATUTÁRIO
- IV. ANEXO IV – FORMULÁRIO CADASTRAL PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO

ANEXO I - FLUXO RESUMIDO DO PROCESSO ELEITORAL



ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CHAPA OU CANDIDATURA

À
Cooperativa de Crédito SICOOB ALIANÇA
Diretoria Executiva
Apucarana - PR

Assunto: Requerimento de registro de chapa/candidatura.

1. Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa para o Conselho de Administração (ou Conselho Fiscal ou Candidatura Avulsa) da Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança, composta pelos seguintes candidatos:

Nome do Candidato	Cargo	Endereço Eletrônico	Telefone Celular
Fulano de Tal	Presidente		
Fulano de Tal	Vice-Presidente		
Fulano de Tal	Conselheiro Admin.		
Fulano de Tal	Conselheiro Admin. (ou Fiscal ou Fiscal Suplente)		
etc			

2. Apresentamos, anexados, os documentos dos candidatos inscritos requisitados na regulamentação aplicável;
3. Finalizando, mantemo-nos à disposição para oferecer outras informações julgadas necessárias para o exame do pleito.

_____ (UF) de _____ de _____.

Atenciosamente,

(nome e assinatura de todos os inscritos na chapa/candidatos)

Nome	Assinatura

Observação: O objetivo deste *Modelo de Declaração* é contribuir com o trabalho que será realizado pela Comissão Eleitoral na análise dos requisitos legais e estatutários para ocupação de cargo eletivo, e não substitui as declarações/autorizações exigidas pela legislação/regulamentação necessárias para instrução de processo no Banco Central do Brasil (BCB).

ANEXO III - DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÕES – CANDIDATO PARA OCUPAÇÃO DE CARGO ESTATUTÁRIO

Eu, ... (nome do candidato), tendo em vista a minha participação no processo eleitoral para a ocupação do cargo de xxx (citar o órgão estatutário) da Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança, declaro que:

OBSERVAÇÃO:

Em caso de resposta afirmativa para qualquer um dos questionamentos, deve(m) ser registrada(s), em *Ocorrências*, a natureza, a situação da ocorrência e a justificativa para que os fatos não sejam considerados restritivos para o cumprimento dos requisitos e das condições regulamentares estabelecidos, juntando a esta declaração a documentação comprobatória que julgar pertinente. Devem ser incluídas todas as ocorrências, independentemente de sua relevância.

Em caso de resposta negativa, registrar, em *Ocorrências*, a expressão "nada a declarar".

I – cumpro o requisito reputação ilibada, inclusive em relação às seguintes questões:

a) responde por processo criminal ou inquérito policial?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

b) responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional ou o Sistema de Pagamentos Brasileiro?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

c) responde por processo relativo a insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

d) responde por inadimplemento de obrigações?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

II – cumpro as condições para o exercício do cargo para o qual estou me candidatando, especificadas nas seguintes questões:

a) está impedido por lei especial, condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

b) está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

c) está declarado falido ou insolvente?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

III – cumpro as demais condições exigidas pela legislação e pela regulamentação em vigor para o exercício do cargo para o qual estou me candidatando, inclusive as assinaladas a seguir:

[] sou residente no País;

[] sou associado da Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança e preencho os requisitos estatutários de associação (salvo se conselheiro independente);

[] não exerço cargos de presidente ou vice-presidente do Conselho de Administração ou de diretor executivo de cooperativa singular de crédito, de cooperativa central de crédito ou de confederação integrantes do mesmo sistema cooperativo, bem como cargos de presidente ou vice-presidente do Conselho de Administração ou de diretor executivo do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop); *(em caso de candidato para presidente ou vice-presidente de Conselho de Administração)*

[] não exerço, no mesmo sistema cooperativo, cargos em Conselho de Administração de cooperativa singular de crédito ou em Diretoria Executiva de cooperativa singular de crédito, de cooperativa central de crédito ou de confederação constituída por cooperativas centrais de crédito; *(em caso de candidato para conselho fiscal)*

[] não exerço, no mesmo sistema cooperativo, cargo de conselheiro fiscal em cooperativas de crédito ou em confederações de serviço; *(em caso de candidato para Conselho de Administração)*

[] não participo da administração de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto nos casos previstos no inc. I do art. 38 da Resolução CMN nº 5.051, de 25/11/2022;

[] não detenho 5% (cinco por cento) ou mais do capital de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – exceto cooperativas de crédito – e não participo do capital de sociedades de fomento mercantil;

IV – Possuo capacitação técnica compatível com as funções a serem exercidas no curso do mandato, envolvendo as seguintes competências e qualificações: *(em caso de candidato para cargos de administração, exceto na hipótese de mandato em vigor na própria instituição, desde que anteriormente autorizado pelo Banco Central do Brasil)*

Detalhar:

a) nível de escolaridade/formação acadêmica;

b) cursos de capacitação e/ou de pós-graduação relacionados com as funções do cargo;

c) experiências profissionais compatíveis com as funções do cargo, contemplando os respectivos períodos.

VI – Estou ciente dos princípios que regem o tratamento de dados pessoais e dos direitos dos titulares dos dados previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 18 da Lei nº 13.709, de 14/8/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

AUTORIZAÇÕES

AUTORIZO a Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança e a Cooperativa Central Sicoob Unicoob, na verificação do cumprimento dos requisitos e das condições estabelecidos na Resolução CMN nº 4.970/2021, na Resolução nº 5051/2022, no Regulamento Eleitoral e no Estatuto Social, tendo em vista o processo eleitoral do qual estou participando a:

a) ter acesso a informações a meu respeito, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, incluindo processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais;

b) realizar o tratamento e o uso compartilhado de dados pessoais de minha titularidade, inclusive daqueles considerados sensíveis, nos termos do inc. II do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e daqueles acobertados por outras espécies de sigilo, a exemplo do sigilo bancário de que trata a Lei Complementar nº 105/2001;

c) se eleito, ter acesso a qualquer informação, protegida por sigilo legal ou não, ou documentos relacionados à análise pelo Banco Central do Brasil do meu nome para o exercício do cargo e enquanto durar meu mandato;



d) se eleito, ter ciência da tramitação dos respectivos processos de autorização, monitoramento ou supervisão e obter cópias de documentos neles contidos, inclusive os que contenham dados de minha titularidade protegidos por qualquer espécie de sigilo, mesmo aqueles considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas – ficando a Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança e a Central das Cooperativas de Crédito Unicoob, desde já, autorizadas a delas fazerem o uso que lhe aprovar, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU CIENTE de que a falsidade ou a omissão nas declarações, ou, ainda, a discrepância entre as declarações e os fatos, ou os dados apurados na análise do processo eleitoral, poderá acarretar o indeferimento do pedido de candidatura, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.

Local e data

Nome e assinatura do candidato

ANEXO IV – FORMULÁRIO CADASTRAL PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO
FORMULÁRIO CADASTRAL PARA ELEIÇÃO (CONSELHEIROS ADM/FISCAL)

Identificação da Instituição de origem

Denominação COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB ALIANÇA
Órgão estatutário e cargo CONSELHO (administração ou fiscal – efetivo ou suplente)

Identificação do candidato

Nome Completo			
Filiação			
Nacionalidade	Data e Local de nascimento		Sexo
Profissão		Estado civil e regime de casamento	
Nome do cônjuge ou companheira		Título Eleitoral	
Carteira de identidade (nº / data de emissão / órgão)		CPF	
Endereço residencial completo		Bairro ou distrito	
CEP	Município	UF	DDD/Telefone
Endereço comercial completo		Bairro ou distrito	
CEP	Município	UF	DDD/Telefone

Declarações

<p>(<input type="checkbox"/>) Declaro preencher as condições e requisitos estabelecidos na regulamentação em vigor para o exercício do cargo o qual pretendo concorrer.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Declaro ser associado da Cooperativa a qual pretendo ocupar cargo eletivo.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Declaro não participar da administração, do Conselho Fiscal ou de qualquer outro órgão estatutário de empresa cujos títulos ou valores mobiliários sejam negociados em bolsas de valores.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Declaro assumir integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas, ficando, desde já, a Cooperativa autorizada, dentro dos limites legais, a fazer uso das informações.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Declaro assumir e exercer o mandato do cargo para o qual for eleito.</p>	
Local e data	Assinatura

REGULAMENTO DELEGADOS E ORGANIZACAO DO QUADRO SOCIAL-APROVADO 2026-04-10 FINAL pdf

Código do documento f7ba27d5-1c76-4f1d-9b33-0915cd27c240



Anexo: REGULAMENTO ELEITORAL CA e CF APROVADO-2026-04-10 FINAL.pdf

Assinaturas



Osnei José Simões Santos
osnei@sicoob.com.br
Assinou

Osnei José Simões Santos



Luiz Fernando Mamede Mendes
luiz.mamede@sicoob.com.br
Assinou

Luiz Fernando Mamede Mendes

Eventos do documento

27 Apr 2026, 16:32:43

Documento f7ba27d5-1c76-4f1d-9b33-0915cd27c240 **criado** por ERIKA VANESSA DOS SANTOS (287b0b61-2361-4321-aa04-1e1dc656ba98). Email:erika.vanessa@sicoob.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-27T16:32:43-03:00

27 Apr 2026, 16:36:26

Substituição de Arquivo: erika.vanessa@sicoob.com.br enviou uma nova versão para o documento "REGULAMENTO DELEGADOS E ORGANIZACAO DO QUADRO SOCIAL-APROVADO 2026-04-10 FINAL pdf" na fase de edição "Aguardando Signatários". - DATE_ATOM: 2026-04-27T16:36:26-03:00

27 Apr 2026, 16:40:09

Assinaturas **iniciadas** por ERIKA VANESSA DOS SANTOS (287b0b61-2361-4321-aa04-1e1dc656ba98). Email: erika.vanessa@sicoob.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-27T16:40:09-03:00

27 Apr 2026, 17:26:23

OSNEI JOSÉ SIMÕES SANTOS **Assinou** (6346bca5-8e5d-4b63-96b8-346ae720b50f) - Email: osnei@sicoob.com.br - IP: 200.150.78.126 (126.78.150.200.static.liggatelecom.com.br porta: 25358) - **Geolocalização:** [-23.551000481343824 -51.457677489796815](#) - Documento de identificação informado: 580.379.509-72 - **Autenticação em dois fatores no smartphone ativada** - DATE_ATOM: 2026-04-27T17:26:23-03:00

27 Apr 2026, 20:13:23

LUIZ FERNANDO MAMEDE MENDES **Assinou** - Email: luiz.mamede@sicoob.com.br - IP: 179.211.36.11 (b3d3240b.virtua.com.br porta: 10280) - **Geolocalização:** [-23.5635437 -51.4599693](#) - Documento de identificação informado: 626.229.609-30 - DATE_ATOM: 2026-04-27T20:13:23-03:00

Hash do documento original

(SHA256):fd239f8a55c4dd4d854b289f8fc401e802d8426311b14e2c17b8573f0a07dd6b

(SHA512):6e02ecb54df27e9b26d91b834072f6f6832025be86478fdb9136acefa70c564e1fc05312fbb8b0f1d60f06dcbf16b00d74bd7dfc9183cd8375b2bc329f06d3

Hash dos documentos anexos

Nome: REGULAMENTO ELEITORAL CA e CF APROVADO-2026-04-10 FINAL.pdf

(SHA256):5e993fce9ae42af63c30d9bc4174e429d7031ac73d9a4466a935d2c280baf3ad

(SHA512):982911f2f2457c3f2f1a321b8746b978c2c4b7a2a9adefdaa90025b589c7aa3caef5635910d87ecbc0855004d611ca3811dba64dc359fa1b25cb4ff9d1258d44

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.